

Estudos Clássicos – Grécia – Roma – Patrística

Roberto C. G. Castro¹

Resumo: Este artigo mostra que, em 20 anos de existência, as revistas do Cemoroc (/ Editora Mandruvá www.hottopos.com) se dedicou também a publicar artigos inéditos sobre a cultura clássica, abordando temas como o conceito de liberdade na Grécia antiga, a retórica romana, as relações entre cultura pagã e cristianismo e o pensamento de Santo Agostinho

Palavras Chave: Estudos clássicos – Grécia – Roma – Patrística.

Abstract: This article shows the work of Cemoroc (/Editora Mandruvá, which has published new essays on classical culture, discussing subjects as the concept of liberty in ancient Greece, roman rhetoric, relations between pagan culture and Christianity and the thought of Saint Augustine.

Keywords: Classical Studies – Greece – Rome – Patristics.

O mundo antigo é tema privilegiado das revistas publicadas pelo Cemoroc. A editora disponibiliza na internet (www.hottopos.com), gratuitamente, estudos inéditos sobre as civilizações grega e romana, incluindo o cristianismo e a patrística.

Uma das grandes iniciativas da editora se deu exatamente na área da filosofia antiga. Trata-se da tradução e publicação – até então inédita em todo o mundo – do curso “Os estilos da filosofia”, dado em Madri, na Espanha, pelo filósofo espanhol Julián Marías, entre 1999 e 2000. Nesse curso, Marías aborda os pensadores Parmênides, Heráclito, Aristóteles e Agostinho.

As conferências foram publicadas na edição número 3 da revista *International Studies on Law and Education*, em tradução de Elie Chadarevian. Acompanha os textos sobre os filósofos uma introdução de Marías, em que ele afirma:

Proponho-me apresentar, num curso que estou preparando, esta questão: “Os estilos da filosofia”. Destacarei uma série de filósofos, que não necessariamente são os mais “importantes” pela magnitude de suas doutrinas, mas porque com eles iniciou-se uma nova maneira de pensar, uma concepção original da filosofia. Levar isso em consideração dá uma nova perspectiva à transformação do “argumento” desse estranho e fabuloso empreendimento que é a filosofia.

De Marías, a edição 11 da mesma revista publicou o artigo “A inovação radical do cristianismo”.

Sobre os dois grandes pensadores que marcaram a cultura ocidental – Platão e Aristóteles –, foram publicados sete artigos, entre eles um ensaio do jurista e filósofo português Paulo Ferreira da Cunha, “Aristóteles – Filosofia do homem: ética e política”. No artigo, que veio à luz na edição 8 da *Revista Internacional d'Humanitats*, Cunha analisa a ética aristotélica não do ponto de vista da normatividade e da simples descrição, mas da teleologia ou finalidade. Ele afirma:

¹ Doutor em Filosofia da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Não visa o filósofo na sua ética ou na sua política um bem substancial, absoluto, mas um bem que contribua para um fim profundamente humano: a felicidade. Da mesma sorte, a constituição excelente que se busca na política não se dirige a uma utopia sem lugar, sem povo, sem clima, sem solo, sem vizinhança, mas se almeja para cada comunidade concreta a constituição que melhor se lhe adequa.

Outros estudos sobre aqueles dois grandes filósofos gregos são “Da semelhança possível entre os conceitos de justiça de Aristóteles e Platão”, de Maria de Fátima Simões Francisco (*Revista Internacional d'Humanitats* 21) e “Platão – Persuasão e encantamento nas Leis“, de Gilda Naécia Maciel de Barros (*Revista Internacional d'Humanitats* 23, republicado em *International Studies on Law and Education* 10).

A revista *Notandum* 10 publicou ainda um estudo do filólogo suíço Olof Gígon (1912-1998), “O conceito de liberdade no mundo antigo”, em tradução de Anna Lia Amaral Almeida Prado e Gilda Naécia Maciel de Barros. Gígon conclui seu longo ensaio dizendo que, na Antiguidade, a liberdade não é um fim em si mesmo: ela apenas prepara o espaço no qual o homem age por decisão responsável. Essencial é o que ele faz da liberdade. E argumenta:

A Antiguidade estabelece aqui o catálogo das possíveis metas da vida: riqueza e prazer, poder e honra ou finalmente a *eudaimonia* filosófica. Dever-se-ia perguntar em que medida, no presente, a liberdade é realmente um fim último em si mesmo e, também, em que medida, para além da liberdade, o alvo é a melhoria sem fim das condições de sobrevivência física. Em todo caso parece que o moderno conceito de liberdade carece ainda de muitos esclarecimentos.

Liberdade foi o tema também de um ensaio publicado na edição 18 da *International Studies on Law and Education*. Escrito por Gilda Naécia Maciel de Barros, o artigo “A liberdade democrática na Grécia clássica – Atenas” discute as ideias de liberdade e cidadania na Grécia clássica vinculadas à experiência política de Atenas como paradigma da polis democrática. Para isso, a autora examina a forma como, a partir dos tempos heroicos, ocorrem historicamente as mudanças no controle do poder político, originalmente nas mãos da aristocracia, e como se ampliam as ideias de igualdade e justiça, culminando nas sociedades abertas do século 5 antes de Cristo, de que Atenas é a principal referência. Nesse contexto, Gilda destaca a importância do *lógos* (discurso) como instrumento de formação do homem político. Escreve a autora:

Nas origens, iguais (*hómoioi*) são os nobres – iguais em sua excelência – superiores (*kaloí*) perante os sem estirpe, gente do povo – os inferiores (*kakoí*); únicos a ter o direito à palavra, direito que na democracia será igual para todos (*isegoría*), legitimado apenas por nascimento livre, numa terra livre. A esse espaço e justiça democráticos é legítimo associar-se imediatamente a imagem de Atenas como um paradigma.

Para ela, a democracia ateniense dependeu de uma sociedade aberta, de uma língua livre, do direito ao franco falar (*parrhesía*) e de um poderoso recurso – a

eloquência grega, que teve representantes ilustres, como Protágoras, Górgias, Hípias, Pródicos (século V a.C.), Isócrates e Demóstenes (século. IV a.C.), entre outros.

De fato, esse *lógos* que se faz discurso e argumento leva à adesão e à ação, supõe, enquanto conhecimento, se não uma *epistéme* (razão teórica), como exigia Platão, se não uma *phrónesis* (razão prática), como quereria Aristóteles, ao menos uma reta opinião (*dóxa orthé*), como entendia Isócrates e como o teriam mostrado, no plano empírico, grandes líderes atenienses, como Temístocles, Aristides e Péricles, entre outros.

Atenas é, no século V a.C., o reino da Persuasão (*Peithó*), lugar do debate, do enfrentamento dialético entre razões contrárias (antilogias), acrescenta Gilda.

Nessa grande praça (ágora) a razão se exhibe em movimento, o *lógos* se faz, pelo *ágon*, diálogos. E gera o convencimento, que favorece o acordo na cidade. Mas os gregos não poderiam ter inventado a Política, sem também terem forjado, com ela, o seu agente. Na Grécia nasceu o homem político, ou, se preferirmos, um exemplar dele, o *polítes* – o cidadão, aquele que, por sua origem e educação, tem o direito de integrar o corpo dos cidadãos (*politai*).

Cultura grega e educação

Como não poderia deixar de ser, as relações entre o mundo antigo e a educação são especialmente abordadas nos ensaios publicados pelo Cemoroc. O conflito entre as leis escritas e as leis não-escritas – as leis naturais ou *agraphoi nomoi* –, por exemplo, é discutido na revista *Notandum* 3 por Gilda Naécia Maciel de Barros. Ela escreve:

No que superaram o episódico e circunstancial, os *agraphoi nomoi* apontam em direção ao homem mesmo, confrontado com as suas limitações definidoras e definitivas. Seja porque há uma legislação de ordem superior e divina (Antígona), seja porque o uso artístico de uma *peithó* laicizada garante, pelo livre debate, o acordo das consciências, há regras que falam por si, e se impõem com seu discurso que ecoa ao infinito, alcançando-nos onde estivermos, e obrigando-nos a enfrentar a nossa consciência. Seja por um instinto, por um sentimento inato, ou, quem sabe, pelo puro exercício da razão, elas apontam ao homem o caminho do bem e do justo. Elas o fazem ver, na esteira de um Hípias, que integramos uma fraternidade universal, de um Alcidas, que nascemos todos livres, como Antífote, que não há gregos e bárbaros, e, finalmente, como Licofrão e Eurípides por seus personagens, que não há nobres de origem.

Também de Gilda Maciel de Barros é o artigo “Sócrates – Raízes gnosiológicas do problema do ensino”, publicado na *Revista Internacional d'Humanitats* 3. Nele, a autora busca na figura de Sócrates o modelo de mestre e a maestria no ensinar. Para a autora, o mestre só pode operar como um braço auxiliar da

razão, que, uma vez ativada, traz em si o princípio que a faz produzir, isto é, conhecer. Escreve a autora:

Interferir nesse processo, colocando na alma do outro um saber que não nasceu ali é uma opção pelo fracasso. Ele não promove a conversão, ele não opera o “milagre” que leva a agir. Ou, se o fizer, a conduta assim provocada terá a qualidade das imitações, e bastará uma circunstância negativa para desviá-la de seu verdadeiro fim. Tal como ocorre com estátuas de Dédalo, “saberes” transplantados têm a leveza das plantas que não têm raízes. Apenas o encadeamento promovido dialeticamente pela razão pode aprofundá-los, e consolidando-os, torná-los fixos.

Um interessante ensaio sobre a docência no mundo antigo foi publicado na revista *Notandum* 32, com o título “A condição social dos professores na Antiguidade tardia: um estudo com base no *Didaskaleion* de Libânio”. O autor do texto, Gilvan Ventura da Silva, enfatiza a atuação do *rhetor* ou *sophistes*, figuras sobre quem há maior número de informações, em comparação com o *magistere* e o *grammaticus*. Silva se debruça sobre o testemunho do orador Libânio, um nativo de Antioquia Sobre o Orontes que por mais de meio século exerceu o ofício do magistério e que deixou um vasto volume de cartas e discursos que tratam do cotidiano de uma das principais cidades do Oriente na segunda metade do século 4, incluindo os dilemas e desafios vivenciados pelos professores. Ele também recorreu ao Código Teodosiano para balizar as informações contidas nas orações de Libânio e também captar a opinião oficial dos imperadores referente ao magistério. “A exploração de ambas as fontes nos sugere que a profissão, na Antiguidade tardia, passava por um momento de crise, com o consequente rebaixamento da condição social dos professores”, escreve Silva.

No artigo, são mostrados escritos de Libânio, como um parágrafo em que, nos últimos anos de sua vida, o orador faz um balanço dos percalços que afligiam os professores, desestimulando-os a prosseguir na carreira. Na *Oratio* 25, intitulada *Sobre a escravidão dos professores*, composta por volta de 387, o orador afirma o seguinte:

“O professor é escravo de uma multidão de pedagogos, de parentes, sim, e da mãe, da avó, do avô. Ele é escravo também dos guardiões das portas da cidade e da categoria dos estalajadeiros: daqueles, para que não falem mal dele aos estrangeiros que entram na cidade; destes, para que os elogiem diante dos clientes. Pois uns e outros podem trazer embaraços à classe dos sofistas. (...) Mas a cúria, ela também, é uma patroa muito exigente: ela pode, em algumas linhas, o eleger e o abater, fazer mudar o seu destino como bem o desejar, o expulsar, se ele se queixa, instalar contra ele uma multidão de rivais, e todos os outros dissabores que parecem pequenos, mas que causam grande sofrimento”.

“Libânio nos permite vislumbrar aqui um contexto no qual o professor se encontra tolhido no exercício da profissão pelas exigências dos pedagogos (escravos e libertos encarregados de supervisionar de perto a educação recebida pelos estudantes) e dos demais familiares, que interferem no cotidiano escolar”, afirma Silva.

Não bastasse terem de prestar contas a outrem do trabalho que executam, os professores deveriam contentar também os funcionários

que controlavam o ingresso na cidade e os proprietários das hospedarias, albergues e estalagens. Isso porque, no Império Romano, o ofício do magistério era altamente competitivo, sendo o sucesso profissional de um retor ou sofista medido pelo número de alunos que compunham a sua classe. Com o intento de manter uma clientela, se não crescente, ao menos estável, os professores lançavam mão de diversos estratagemas, que incluíam a difamação dos rivais, o estímulo aos atritos de rua entre os alunos e a cooptação dos estrangeiros que chegavam a Antioquia em busca de uma melhor formação, o que tornava imprescindível uma boa relação dos professores com os guardiães das portas da cidade e os estalajadeiros, personagens capazes de influenciar na opção dos estudantes por um professor ou por outro. Não bastasse a relação de dependência com tantas pessoas, os professores sofriam ainda certa opressão por parte das cúrias, que podiam admiti-los ou demiti-los a qualquer momento, ou mesmo favorecer a instalação de professores rivais, que certamente iriam repartir os alunos disponíveis.

“Educación en valores a partir de los clásicos greco-latinos – Una propuesta de intervención en secundaria”, de Enrique Romero González (*Revista Internacional d'Humanitats* 3), e “A Academia de Platão e a matriz das academias modernas”, de Maria Luísa Malato (*Notandum* 19), são outros artigos com a mesma temática.

Um tema relativamente recente na historiografia greco-romana, a mulher no mundo antigo foi objeto de interessantes estudos publicados nas revistas da Editora Mandruvá. A edição 19 de *Notandum* traz, entre outros ensaios, “Medeia: uma discussão sobre a mulher em Eurípides”, de Maria Amália Longo Tsuruda, e “Vozes da misoginia medieval: Aristóteles disseminado em Santo Isidoro de Sevilha, Santo Anselmo e São Tomás de Aquino”, de Pedro Carlos Louzada Fonseca. Na *Revista Internacional d'Humanitats* 14, Marcos Sidnei Pagotto Euzebio assina “O corpo de Helena e o texto de Isócrates” e, em *Notandum* 12, Alessandra Carbonero Lima publica “Exempla Romanos: Homens de Gloria e Mulheres de Honor”.

A civilização romana

No livro III do *De Rerum Natura*, Lucrécio se volta para a desconstrução do temor da morte, que continuamente atormenta a vida dos homens. Lucrécio mobiliza vários argumentos relacionados à materialidade da alma para combater a crença na mortalidade da alma e o conseqüente temor da morte.

Essa é a síntese do artigo “Argumentos contra o temor da morte. Análise do livro III do *De Rerum Natura* de Lucrécio”, de Maria de Fátima Simões Francisco, publicado na edição 8 de *International Studies on Law and Education*. Como escreve a autora, “o principal meio de combater o temor da morte, tal como se depreende do desenvolvimento do texto, se fará através da demonstração da mortalidade da alma. Essa demonstração ocupará a maior parte do livro III, de 417 a 829. Para erguer os argumentos sobre a mortalidade da alma será necessário previamente que se explicitem três pontos relativos à natureza da alma, vale dizer, sua materialidade, seus elementos constitutivos e seu relacionamento com o corpo. Tal será precisamente a tarefa a que se dará Lucrécio na presente parte do poema, versos 94 a 416. A primeira tese a desenvolver é, assim, a do caráter material da alma”.

“Retórica e educação: uma leitura do *Dialogus de Oratoribus*, de Tácito”, de Acácio Luiz Santos (*Notandum* 19), “Sêneca – Aproximações”, de Alessandra

Carbonero Lima (*Notandum* 11), e “Vida de Catão, de Plutarco – Apontamentos para o estudo da educação e cultura romanas”, também de Alessandra Carbonero Lima (*Notandum* 15), são outros exemplos da presença do espírito romano nas páginas das revistas da Mandruvá.

Patrística

As revistas dão espaço também para a patrística, como são chamados os pensadores cristãos dos primeiros séculos, período em que a filosofia grega e medieval se encontra com os novos ideais do cristianismo.

Exemplo disso se acha na edição 2 de *Videtur Letras*, que disponibiliza o artigo “Cristianismo primitivo e Paidéia grega”, de Gilda Naécia Maciel de Barros. Comentando um clássico livro do helenista alemão Werner Jaeger, *Early Christianity and Greek Paideia*, Gilda escreve:

Na linha do historiador alemão Johann Gustav Droysen, para o qual o cristianismo surge do helenismo e dele toma as direções mais notáveis de seu primeiro desenvolvimento, Jaeger considera de importância decisiva para a afirmação do cristianismo como religião universal o processo de três séculos de expansão da cultura grega desencadeado pelas conquistas de Alexandre. Realmente, em torno da Bíblia irá organizar-se uma civilização com feições próprias, mas em razão de uma dialética vital entre o *kerygma* cristão, cujo maior esforço será ultrapassar os limites da Judeia, e essa cultura de muitos séculos e largas dimensões geográficas, a cultura grega.

Gilda acrescenta: “Nesse encontro histórico, a língua grega, falada em todas as sinagogas das cidades do Mediterrâneo, é fator decisivo. Ela põe ao alcance do judeu helenizado e do gentio a doutrina cristã, cuja forma literária, nessa tarefa de conversão, é muitas vezes grega. Descrevendo o desenvolvimento histórico da religião cristã durante os primeiros séculos, Jaeger o vê como um processo contínuo de tradução das fontes hebraicas com o objetivo de oferecer ao mundo uma compreensão cada vez mais adequada de seu conteúdo”.

O encontro da cultura grega com o cristianismo é tema do artigo “O cristianismo diante da cultura pagã”, de João Sérgio Lauand, publicado na *Revista Internacional d’Humanitats* 28.

Diante da cultura pagã, destaca João Sérgio Lauand, vão surgir correntes antagônicas (e as de caráter intermediário) no interior do cristianismo: do horror à cultura pagã que pode contaminar a pureza cristã ao acolhimento dos dados corretos dessa cultura, como ajuda para a compreensão da própria mensagem evangélica.

Já no século 2 encontramos o entusiasmo para com a filosofia grega em um São Justino, que afirma que ‘tudo quanto de verdade se disse pertence aos cristãos’ (no sentido de que considera Platão discípulo de Cristo e Sócrates, mártir do cristianismo) e o desprezo de um Tertuliano: ‘Que há de comum entre Atenas e Jerusalém; entre a Academia (de Platão) e a Igreja?’.

Os Pais da Igreja (ou Padres da Igreja), os santos escritores dos primeiros séculos do cristianismo (daí seu estudo ser a Patrologia, e sua época, a Patrística) estão divididos: os que julgam positivo o acolhimento do que há de bom na cultura pagã recorrem, entre outras passagens bíblicas, ao primeiro capítulo da Epístola aos Romanos, no qual o apóstolo Paulo sugere um reto uso da atividade racional natural para conhecer a Deus; os que querem rejeitar a erudição mundana ('baste-nos a simplicidade do Evangelho') esgrimam o mesmo apóstolo Paulo e sua primeira Carta aos Coríntios.

Para João Sérgio Lauand, o extremo a que chegam pensadores como Tertuliano mostra que há uma velha e perigosíssima tentação rondando o cristianismo, uma tentação que, para muitos, tem até mais pinta de cristã do que o próprio cristianismo: o maniqueísmo.

“Maniqueísmo vem de Manes, um antigo líder persa que dividia o mundo em luz (espírito) e trevas (matéria). Há dois princípios positivos dos quais tudo decorre: o do bem (espírito) e o do mal (matéria). Não tardou a que o cristianismo se contaminasse por essa heresia, por assim dizer, permanente: é muito fácil que o cristão pense que o bem é o espírito e o mal a matéria. Foi necessário esperar um Tomás de Aquino, no século XIII, para que a Igreja tivesse uma antropologia sólida, que valorizasse a matéria como criação de Deus, como aliás reafirma o próprio Credo (325): ‘um só Deus’, criador ‘do céu e da terra’, de todas as coisas ‘visíveis e invisíveis’.”

Santo Agostinho – o maior representante da patrística latina – também foi tema de artigos publicados nas revistas da Editora Mandruvá. Por exemplo, em “Santo Agostinho e o pensamento clássico” – artigo publicado na edição 24 de *Notandum* –, José Joaquim Pereira Melo afirma que Agostinho teve a preocupação de adequar o que assimilou do saber clássico aos critérios da prática cristã. Portanto, seu ensinamento não implicava a negação total do saber greco-romano, já que entendia não ser possível romper com um saber que, apesar dos aspectos negativos, poderia contribuir para a formação do homem cristão. “Santo Agostinho pôs à disposição do cristianismo a profundidade e vivacidade do seu pensamento, para conciliar a sabedoria cristã com o saber clássico, retomando, assim, a grande questão da Patrística: o diálogo entre a fé e a razão, entre a sabedoria obtida pela certeza interior e o saber que se explica pela razão, entre a verdade revelada e a possibilitada pela ciência humana, entre a religiosidade cristã e a racionalidade greco-romana, o que garantiu que a relação entre a sabedoria cristã e o saber clássico ganhasse nova dimensão. Como não podia ser diferente, o resultado desse diálogo foi positivo para sua formação cristã.”

E, na edição 38 da mesma *Notandum*, Lucas Andrade Ribeiro e Helmut Renders escrevem sobre “Agostinho de Hipona e as possíveis origens da tensão entre cristianismo oficial e religiosidade popular”. Os autores notam que a despreocupação de Agostinho em relação à história de povos históricos concretos era tão patente que ele dedica apenas um dos 22 livros de *A Cidade de Deus* para falar sobre a história universal, e a sua única intenção era destacar os males do mundo, mostrando a necessidade da humanidade se voltar à divindade cristã.

Além do que, a atitude agostiniana de, perante uma crise, propor-se a escrever um tratado teológico erudito e rebuscado, ao invés de buscar no povo as respostas para o que estava acontecendo no Império Romano, mostra certa limitação do autor no tratamento da religiosidade popular.

Embora não seja possível definir cabalmente que ele desconsidera a fé do povo simples, uma vez que seu tratado teológico também visa a responder a esses simplices cristãos romanos, o que se pode afirmar – sustentam os autores – é a desconsideração de Agostinho por qualquer prática popular ou não popular fora do cristianismo, pois estas são denominadas por ele de pagãos, e, inclusive, sustenta que os deuses destes são demônios.

“Em suma, embora seja possível interpretar que ele considera as práticas populares dentro do seio da sua própria religião, parece evidente que qualquer outra prática religiosa não cristã é desconsiderada. Traça, desse modo, um caminho para possíveis origens da dificuldade que o cristianismo oficial tem em lidar com a religiosidade popular, mais gravemente ainda, quando esta se encontra fora do campo cristão reconhecido como válido pelas autoridades religiosas.”

Ainda com relação à patrística, foram publicados o artigo “*Métaphysique Néoplatonicienne et Christianisme*”, de Bento Silva Santos (*Notandum* 6), e uma tradução da carta de Inácio de Antioquia a Policarpo (*Revista Internacional d’Humanitats* 14), entre outros textos.

Recebido para publicação em 01-09-16; aceito em 04-10-16